

Opinião

EDITORIAL

Eleição com transparência

Após a profusão de escândalos que comprovaram o vínculo de esquemas de corrupção com o financiamento de campanhas políticas, é elogiável o grau de transparência que a reforma eleitoral aprovada em 2015 trouxe à disputa municipal deste ano. Pela primeira vez, o público em geral tem acesso via internet à prestação de contas de cada candidato. É possível saber quem doou e quanto desembolsou, quais são as empresas que prestam serviços aos pleiteantes aos cargos de prefeito e vereador e quanto foi gasto pelo trabalho.

Pelas novas regras, partidos, coligações e candidatos são obrigados a informar à Justiça Eleitoral o recebimento de doações em dinheiro em até 72 horas contadas do seu recebimento. Os relatórios dos partidos, por sua vez, precisavam ser enviados até o último dia 13 (prestação parcial) e 30 dias após o pleito (prestação final). Segundo o TSE, a adesão dos candidatos nessa primeira etapa atingiu 87,9%, mas as legendas só chegaram a 48,05%.

ACESSO DO ELEITOR ÀS CONTAS DOS CANDIDATOS É UM DOS AVANÇOS NESTE ANO

A primeira leitura sobre os dados divulgados mostra que a proibição das doações por parte de empresas criou uma extrema dependência dos recursos do Fundo Partidário. Na disputa pela prefeitura paulistana, essa dominância vai dos 26,71% na campanha de Marta Suplicy (PMDB) até 99,5% no caso de Levy Fidelix (PRTB). Também é possível identificar financiadores mais conhecidos, como o ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia na campanha de Fernando Hadad (PT), Celso Bandeira de Mello e Fabio Konder Comparato para Luiza Erundina (PSOL) e a presença de Neca Setúbal nas contas de Ricardo Young (Rede).

Esse fim do anonimato só auxilia no combate aos ilícitos. O livro da FGV "Financiamentos de partidos políticos e campanhas eleitorais" compila dados colhidos em vários países pela International Idea e conclui que a falta de transparência reduz a equidade, favorece abusos por grandes empresas e abre portas para a entrada até do crime organizado nas eleições.

vez, precisavam ser enviados até o último dia 13 (prestação parcial) e 30 dias após o pleito (prestação final). Segundo o TSE, a adesão dos candidatos nessa primeira etapa atingiu 87,9%, mas as legendas só chegaram a 48,05%.

A primeira leitura sobre os dados divulgados mostra que a proibição das doações por parte de empresas criou uma extrema dependência dos recursos do Fundo Partidário.



Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.

É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação



CONSELHO EDITORIAL - Alaide Quercia, Duilio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dci.com.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dci.com.br;
EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dci.com.br;
EDITORA-FECHAMENTO: Lilliana Lavoratti - lilliana@dci.com.br;
EDITORES: Anna Lúcia França, Claudia Bozzo, Fernanda Bompan, Paula Cristina Silva, Renê Gardim, Vanessa Stecanella, Fernando Miragaya e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERÃO PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni, **AGÊNCIAS NOTICIOSAS:** Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dci.com.br; **GERENTES:** São Paulo - Luiz Prusas - luiz.prusas@dci.com.br - Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dci.com.br - **Publicidade Legal** - Carlos Pontes - carlos.pontes@dci.com.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dci.com.br/comercial.legal@dci.com.br

Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA): Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, e-mail: atendimento@dci.com.br; Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dci.com.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, e-mail: redacao@dci.com.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7ª e 8ª andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Sucursal Rio - Avenida Rio Branco, 156, sala 1616 / Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo

RENÊ GARDIM

EDITOR
renelg@dci.com.br



PLANO DE VOO

Coligações mantêm vantagem na eleição

Hoje começa a penúltima semana da campanha eleitoral deste ano. Com metade do tempo de duração de anos anteriores e proibição de doações de empresas, a disputa deste ano está confirmando o que diziam alguns cientistas políticos. Nomes conhecidos têm alguma vantagem sobre os novatos. Mas uma prática bastante comum, a coligação, mantém importância. O exemplo é o PSDB, que lançou o empresário João Dória. Desconhecido, o tucano avançou nas pesquisas de intenção de votos com a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV. Com 13 partidos em seu ninho, Dória tem o maior tempo de TV, o que lhe deu vantagem.

Logística integrada para MPE

O Correios apresentou um novo serviço de logística, voltado ao comércio eletrônico e com foco nas micro e pequenas empresas (MPEs): a solução de logística integrada (*e-fulfillment*), que suporta operações completas na armazenagem, atendimento de pedidos, separação, embalagem, integração com transporte/distribuição e logística reversa. A apresentação do serviço foi feita pelo presidente do Correios, Guilherme Campos, e pelo vice-presidente de logística da estatal, José Furian Filho, em São Paulo (SP), com apoio do Sebrae e da camara-e.net.

Imóveis em Portugal

Segundo levantamento realizado pela Porta da Frente, imobiliária de Portugal, os brasileiros já representam 30% do faturamento dos negócios e o interesse em adquirir imóveis no país aumenta ano a ano. Nos últimos dois anos, a imobiliária registrou um aumento de 40% na procura devido, sobretudo, às vantagens fiscais e ao direito sucessório. Somente no ano passado, foram vendidos pela Porta da Frente, cerca de 60 milhões de euros em imóveis para brasileiros. A preferência é por imóveis localizados entre a parte mais central da cidade de Lisboa e a região litorânea.

Concurso Dili-FNLIJ 2016

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ (www.fnlij.org.br), seção brasileira do International Board on Books for Young People - IBBY, prorrogou até o dia 3 de outubro o prazo para as inscrições no concurso Dili-FNLIJ 2016 - Era uma vez... Uma proposta de leitura compartilhada. A mensagem deste ano é assinada pela autora Luciana Sandroni e a ilustração é do cartunista Ziraldo. Podem participar professores, educadores, bibliotecários e todos os adultos que, de alguma forma, promovem a prática da leitura infantil.

Negócio Disruptivo

O App do Imóvel, *startup* que estimula e viabiliza a troca, compra e venda de imóveis em todo o Brasil sem a necessidade de intermediários alcançou em quatro meses mais de 13 mil usuários, 6 mil imóveis cadastrados e 131 'matches', ou seja, pessoas que tiveram interesses recíprocos uma no imóvel da outra. A *startup* permite ao usuário final economizar com a taxa de corretagem. A média nacional é de 6%, ou seja, no caso de um apartamento de R\$ 1 milhão, por exemplo, o comprador consegue economizar R\$ 60 mil com o App do Imóvel.

ARTIGO

200 mil demitidos em todo o País

Governo tem pouco tempo para restabelecer confiança no mercado

A corrente produtiva do setor automotivo brasileiro demitiu, nos últimos dois anos, 200 mil trabalhadores. Deste total, 33 mil foram desligados pelas montadoras, 50 mil pelo setor de autopeças e 124 mil por concessionárias de veículos.

Os dados são assustadores. Refletem a tragédia que se abateu sobre 200 mil famílias que, até poucos meses, sentiam-se seguras e orgulhosas por se encontrarem ligadas ao segmento mais moderno e dinâmico da economia.

O número de 200 mil representa a população de município de tamanho médio do nosso estado. É como se os habitantes de São Caetano do Sul ficassem, repentinamente, privados de rendimento, sem saber quando voltariam a trabalhar.

Além da reativação dos mercados interno e externo de veículos, fortemente afetados pela crise, o presidente da república Michel Temer pretende interferir nas relações de trabalho com a aprovação de uma terceira lei, e encaminhar ao Poder Legislativo um novo projeto destinado a valorizar as negociações coletivas. São medidas necessárias, mas ainda insuficientes.

Um dos empecilhos aos investimentos, em segmentos com alta capacidade geradora de empregos, consiste na insegurança nas relações individuais e coletivas de trabalho. No período 2007/2016 (computados os dados de julho) dearam entrada nas Varas do Trabalho um volume de 21.338.271 ações.

Foram julgadas 20.590.700. O resíduo é de 1.783.773. Entre os anos de 2005 e 2015 os valores recebidos pelos reclamantes, consideradas as condenações, acordos e pagamentos espontâneos, foi da ordem de R\$ 144.653 bilhões.

Entre custas, emolumentos e todo tipo de arrecadação feita para a Previdência Social, os empregadores, recolheram aos cofres públicos um

total, somente em 2015, de R\$ 2,426 bilhões.

É desconhecido o volume de dinheiro gasto com a assistência jurídica, a cargo de especialistas em direito do trabalho. São números assustadores mesmo para os empresários brasileiros habituados a serem réus em reclamações trabalhistas, ações civis públicas, e dissídios coletivos.

Quem ingressar no terreno dos negócios e contratar empregados deve saber que o documento escrito tem reduzido valor. O registro do ponto, embora feito em equipamento eletrônico de última geração, não impedirá que o ex-empregado um dia ingresse na Justiça com pedido de pagamento de horas extras e seja bem-sucedido.

A qualquer momento o empresário poderá se ver às voltas com a Justiça, sem direito de defesa, acusado da prática de trabalho análogo ao do escravo.

Diante da dramática situação em que se encontra a economia, parecem-me limitadas todas as metas estabelecidas pelo presidente da república Michel Temer.

Reconheço, porém, que, com a composição do Poder Legislativo multidivido em dezenas de pequenos partidos, tentar algo mais arrojado amplia ainda mais os riscos de insucesso.

As demissões na indústria automotiva, de máquinas e autopeças, representam apenas uma parte dessa tragédia vivida por cerca de 12 milhões de desempregados. Algo de positivo deve ser feito, e de imediato.

Nos aproximamos do final de mais um ano difícil, e com ele vem as festas natalinas. O novo governo que acaba de assumir precisa correr contra o tempo. Restabelecer a confiança perdida pelo trabalhador no mercado de trabalho é algo que não pode esperar mais.

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

EX-MINISTRO DO TRABALHO E EX-PRESIDENTE. DO TST



pazzianottopinto@hotmail.com